

# História social-linguística da Capitania de Ilhéus: o século XVI

*Social-linguistic history of the Ilheus Captaincy: the 16<sup>th</sup> century*

Wagner Argolo<sup>1</sup>

*Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Brasil*

wagner.argolo@gmail.com

 <http://orcid.org/0000-0002-1880-7051>

**Abstract:** This article presents a historical retrospective of the Ilheus Captaincy from its foundation in 1534 until 1593. We have used the *Thomas Ferreira Process*, a manuscript found in the Torre do Tombo National Archive in Lisbon, Portugal, to penetrate the intricacies of that region's social-linguistic dynamics in this period of Brazilian history. Based on *Thomas Ferreira Process*, we confirmed hypotheses already raised elsewhere (e.g., Rodrigues 2006, Cancela 2012) that Tupinambá was the supra-ethnic language of Brazil's early colonization, at least regarding the Ilheus Captaincy. At the same time, we can launch new hypotheses about what would have been the linguistic configuration (monolingualism and bilingualism situation) of that captaincy in the sixteenth century. Moreover, we aim to investigate the communication environment in which these linguistic configurations have manifested, namely, the environments [i] outside sugarcane mills, [ii] inside the mills, and [iii] some trade patterns from the colonial capital to the Metropolis.

**Keywords:** Historical linguistics; bilingualism; linguistic uses; Ilheus Captaincy.

---

<sup>1</sup>Trabalho oriundo da tese de doutorado *História linguística do Sul da Bahia (1534-1940)*, orientada pela professora Dra. Tânia Lobo, da UFBA, e pelo professor Dr. José Vicente Serrão, do ISCTE (em Lisboa, Portugal), com o apoio financeiro da CAPES-PDSE. A todos, deixo meu agradecimento.

**Resumo:** Neste artigo, apresentamos uma retrospectiva histórica da Capitania de Ilhéus, desde sua fundação, em 1534, até 1593, quando termina a escrita do *Processo de Thomás Ferreira*, manuscrito que encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, e que utilizamos como base histórico-documental para penetrar nos meandros da dinâmica social-linguística da região nesse recuado período da história brasileira. Com base em suas informações, pudemos confirmar com alguma segurança, ao menos no que se refere à Capitania de Ilhéus, hipóteses já levantadas alhures (e.g. Rodrigues 2006, Cancela 2012) sobre ter sido o tupinambá a língua supra-étnica do início da colonização do Brasil, assim como lançar hipóteses novas sobre quais seriam as Configurações Linguísticas da referida capitania no século XVI (a saber, de monolingüismo e de bilingüismo) e quais seriam os Ambientes de Comunicação em cujos interiores essas Configurações Linguísticas se manifestaram (a saber, os ambientes [i] *Fora dos engenhos*, [ii] *Dentro dos engenhos* e [iii] *De trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*).

**Palavras-chave:** Linguística histórica; bilingüismo; usos linguísticos; Capitania de Ilhéus.

## 1 Introdução

No livro *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*, Mattos e Silva (2004: 29) faz a seguinte afirmação:

Para uma compreensão e interpretação efetiva e globalizante do português brasileiro, muitas histórias de falantes de variadas línguas, tendo como denominador comum a língua de base, a portuguesa, porque a língua do poder e do prestígio, hegemônica a partir da segunda metade do século XVIII, deverão ser reconstruídas.

Tal afirmação, por sua vez, foi feita, pela autora, no contexto em que ressalta a necessidade de os linguistas brasileiros começarem a trabalhar com maior afinco no intuito de desenvolver uma das quatro vias de pesquisa propostas por Antônio Houaiss (1985), em *O português do Brasil*, a saber, a primeira via, que se ocupará

(...) do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes para os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamentos já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá (Houaiss 1985: 127-128 apud Mattos e Silva 2004: 33).

Seguindo as ideias expostas nas citações acima, procuraremos contribuir para a reconstrução da história dos falantes das variadas línguas que compuseram o cenário de multilinguismo generalizado do início da colonização do Brasil, utilizando, para isso, depoimentos diretos e indiretos que nos permitirão chegar a algumas conclusões a esse respeito. Desse modo, inicialmente, fazemos uma retrospectiva histórica da fundação da Capitania de Ilhéus, desde 1534 – quando é doada a Jorge de Figueiredo Correia, em Portugal, e ocupada por seu preposto, Francisco Romero, em 1535 –, ao início da implementação de engenhos para a produção de açúcar, no intuito de ser a base econômica da região cuja colonização acabara de ser iniciada. Em seguida, tratamos da forma como passou a ser feita a cooptação de mão de obra, principalmente indígena, para o trabalho nos engenhos e nas mais variadas atividades manuais, como a extração de madeiras de lei – a exemplo do pau-brasil, extraído desde sempre – e seu respectivo transporte para os portos de embarque na costa, assim como para atividades relacionadas, naquele momento, apenas à subsistência, como o trabalho nas roças dos colonos e, ao longo da segunda metade do século XVI, nas roças das poucas missões jesuíticas que se instalaram na Capitania de Ilhéus. Nesse contexto de cooptação de mão de obra indígena para ser integrada ao regime colonial de trabalho compulsório – através dos descimentos, dos resgates e das guerras justas –, apresentamos o *Processo de Thomás Ferreira Mameluco*, um longo manuscrito do Tribunal do Santo Ofício – localizável hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal –, cuja escrita teve início em 1592, sendo finalizada em 1593, do qual pudemos extrair informações sobre a relação dos indivíduos citados no processo – nomeadamente portugueses, mamelucos e tupinambás integrados ao regime colonial – com os desconhecidos índios aratacas da Serra de Traípe, no sertão da Capitania de Ilhéus, assim como informações de cunho sociolinguístico que, por sua vez, nos permitiram ir mais longe, realizando inferências seguras sobre o bilinguismo arataca L1/tupinambá L2, no sertão da capitania, e sobre a formação de uma população mameluca bilingue em tupinambá L1/português L2 já no final do século XVI, abrindo o caminho para a formação da língua geral na região.

Para além das fontes primárias, utilizamos sobejamente as poucas e valiosas obras de historiadores sobre a Capitania de Ilhéus, principalmente teses de doutorado, para que nos servissem de base histórica, no intuito de que, em cima desta base, chagássemos a constatações de caráter histórico-linguístico. Assim, depois de apresentadas as Configurações Linguísticas caracterizadas pelo monolinguismo e pelo bilinguismo, nas quais especificamos quais eram as línguas faladas na Capitania de Ilhéus no final do século XVI, as etnias dos índios que as falavam, os perfis linguísticos desses índios e, em linhas gerais, as áreas em que falavam essas línguas, partimos para a delimitação dos Ambientes de Comunicação dentro dos quais se dava sua utilização, também no final do século XVI – baseados na relação que estabelecemos entre o contexto sociolinguístico, observado no processo de Thomás Ferreira, e as obras historiográficas analisadas. Assim, constatamos haver o ambiente *fora dos engenhos*, o ambiente *dentro dos engenhos* e o ambiente *de trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*.

## 2 O século xvi: história e línguas

### 2.1 *A fundação da Capitania de Ilhéus*

Em 27 de junho de 1534, na cidade de Évora, foi doada a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da fazenda real portuguesa e rico comerciante, a Capitania de Ilhéus, que abarcava 50 léguas de costa, desde a Ponta do Padrão – atual Farol da Barra, ao sul da Baía de Todos os Santos –, à margem esquerda do rio Jequitinhonha. Tal medida já não era sem tempo, pois, de acordo com Paraíso (1993), antes mesmo de a região tornar-se capitania, em 1534, Martim Afonso de Souza apreendeu, na baía de Camamu, um navio espanhol pronto para retornar à Europa com uma carga de centenas de índios tupinambás para serem escravizados: “Em 1531, na área da futura capitania de Ilhéus, Martim Afonso de Souza desbaratou o comércio de Francisco de Chaves e aprisionou um navio espanhol carregado de centenas de escravos Tupinikin” (Paraíso 1993: 184).

Entretanto, Jorge de Figueiredo Correia nunca chegou a vir pessoalmente a sua capitania, certamente por causa de seus negócios e demais afazeres no reino, que não lhe permitiam dele ausentar-se, principalmente para uma empreitada tão demorada como a da colonização de um território vasto, a exemplo do que lhe foi concedido em terras estranhas e longínquas que demandavam a travessia do Oceano Atlântico para que nelas se pudesse chegar. Como consequência, enviou para o Brasil, em 1535, um representante pessoal seu, chamado Francisco Romero, para que fizesse as vezes de donatário, à frente de uma frota de colonos composta em grande parte por agricultores e artífices, trazendo as primeiras cabeças de gado para o Brasil e aqui plantando as primeiras mudas de cana de açúcar (Salvador 1982 [1627], Santos 1957, Dias Tavares 2008).

O assentamento inicial dos colonos foi estabelecido em cima de uma grande rocha, cravada em um morro da ilha de Tinharé, hoje conhecido como Morro de São Paulo. A povoação, por sua vez, passou a se chamar São Jorge, que, de acordo com o que se lê em Milton Santos (1957), assim foi denominada por Francisco Romero mais para agradar ao superior, Jorge de Figueiredo Correia, do que por devoção ao santo. Feito o assentamento dos colonos, passou-se à construção de fortificações necessárias à proteção contra as demais etnias indígenas não-tupinambás da região – a exemplo dos aimorés, botocudos e gueréns, genericamente denominados tapuias, habitantes do sertão da capitania – e contra navios de outros reinos europeus, que nunca deixaram de cobiçar as terras brasileiras, a exemplo do navio espanhol citado por Paraíso. Construídas as fortificações, foi a vez da construção de uma pequena igreja e do início da tentativa de evangelização dos tupinambás. Entretanto, a catequese só começaria a surtir efeitos práticos a partir da chegada dos jesuítas após os quinze primeiros anos de colonização.

Depois de fundada a Capitania em 1534, a Vila de São Jorge, contudo, não demoraria no local onde primeiro foi assentada, sendo transferida – pelo menos em 1536 – para outro sítio, entre Pontal e Pedra de Pernambuco, de onde não mais saiu – passando a chamar-se São Jorge *dos Ilhéus*, devido aos ilhéus que havia logo à frente de sua barra, chamados Grande, Itapitinga e Rapa –, vindo a ser o local correspondente à atual cidade de Ilhéus (Salvador 1982 [1627], Dias Tavares 2008, Dias 2011). Além do poder para fundar (neste caso específico, mandar fundar) a Vila de São Jorge dos Ilhéus, D. João III concedeu a Jorge de Figueiredo Correia o poder para ordenar a fundação de outras vilas, se assim fosse de sua vontade, contanto que, entre uma e outra, fosse respeitado um intervalo mínimo de seis léguas, para que cada vila pudesse ter a extensão de, pelo menos, três léguas – em quadra, pelo que se entende nas palavras de Vilhena (1969 [1798-1799]), quando afirma que a Capitania foi doada ao escrivão da fazenda real “(...) com poderes que lhe conferiu para fundar vilas, contanto porém que havia distar nada menos de 6 léguas umas de outras, para que tivessem pelo menos três de termo cada uma” (Vilhena 1969 [1798-1799]: 489). Também estavam inclusos nos seus poderes a pena capital sobre os colonos pobres e sobre os índios, alçada em que nem mesmo o rei poderia interferir: “(...) igualmente lhe conferiu privilégios e isenções até poder impor a pena última em pessoas de baixa condição, e índios, sem que algumas das justiças de S. Majestade pudessem ter ali jurisdição alguma” (Vilhena 1969 [1798-1799]: 490).

## 2.2 *O início do processo de colonização*

Se levarmos em conta os esforços de Jorge de Figueiredo Correia para que a instalação de sua capitania desse certo – afinal, eram seus os recursos a serem investidos na região – e as condições naturais de suas terras, a exemplo da fertilidade do solo, da grande quantidade de rios e da abundância de madeiras com valor comercial – embora todo o pau-brasil devesse ser considerado monopólio real –, era de se esperar que a Capitania de Ilhéus, durante o período colonial, tivesse um destino bastante exitoso. Porém, a relação entre Francisco Romero e os colonos, sobre os quais deveria exercer poder de liderança política, desde o início, assumiu feições conflituosas, levando ao declínio das atividades açucareiras na capitania. Além do mais, os ataques dos índios aimorés eram constantes, causando a morte de colonos e dos primeiros africanos que foram transplantados como escravos para a região, além da destruição de plantações e engenhos, fato que também contribuía para aumentar a tensão, já existente, na relação entre Francisco Romero e seus colonos: “De facto, se a produção sacarina conheceu incremento superior à de qualquer outra capitania nesse período, não tardou que a guerra movida pelos índios aimorés, causadora da destruição de diversos engenhos, estivesse na origem do declínio local” (Nunes de Carvalho 1992: 127).

Frei Vicente do Salvador, que viveu em período próximo aos fatos aqui expostos – entre 1564 e, aproximadamente, 1639 –, permite a confirmação das informações expostas por Nunes de Carvalho, quando diz que não foi outro o maior mal da Capitania, “(...) senão a praga dos selvagens aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos (...)” (Salvador 1982 [1500-1627]: 111). Somente no início do século XVII, os aimorés chegariam a um acordo de paz com os portugueses (Dias 2011). Ainda assim, não foi um acordo duradouro, pois notícias posteriores sobre a capitania indicam que os ataques voltariam a acontecer e durariam, pelo menos, até o final do século XVIII.

O raciocínio que Nunes de Carvalho apresenta para explicar o insucesso de Francisco Romero com os colonos é o fato de os planos, traçados por Jorge de Figueiredo Correia, terem sido feitos em moldes típicos de uma sociedade citadina, contrastando demasiadamente com a realidade da Capitania de Ilhéus, região ainda quase indevassada por europeus. Desse modo, segundo o autor, um homem com as qualidades ideais para levar adiante um empreendimento colonial no Brasil da primeira metade do século XVI deveria reunir não apenas as habilidades de negociante, mas de político e de guerreiro, dando como exemplo de confluência dessas habilidades o donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, certamente devido ao maior êxito que tal capitania vinha angariando. Esboça, então, as qualidades que um donatário do Brasil deveria possuir, quando diz: “Vimos já ser um homem com capacidades invulgares nos domínios da governação política, da guerra e das práticas econômicas como Duarte Coelho quem reunia os predicados mais favoráveis (...)” (Nunes de Carvalho 1992: 126-127), deixando implícito que não era este o caso de Francisco Romero.

Como resultado do descontentamento dos colonos portugueses com o preposto de Jorge Figueiredo Correia, vieram a acusá-lo de agir de maneira opressiva, enviando-o de volta à Europa. Jorge de Figueiredo Correia, entretanto, não aceitou a reivindicação de seus colonos, determinando o retorno de Francisco Romero à Capitania de Ilhéus, o que significou a manutenção das tensões políticas, que só se agravavam com a continuidade dos ataques dos aimorés. Em meio a este ambiente tenso, no ano de 1552, morre Jorge de Figueiredo Correia. O herdeiro da Capitania, entretanto, foi seu segundo filho, Jerônimo de Figueiredo e Alarcão, e não o primeiro, Rui de Figueiredo, como de costume. Mas, como Rui de Figueiredo consentiu a transmissão da Capitania a seu irmão mais novo, o rei de Portugal permitiu que assim fosse feito.

Os problemas entre Jerônimo de Figueiredo e Alarcão e Rui de Figueiredo, relativos à posse da capitania, só surgiram quando Jerônimo de Figueiredo e Alarcão resolveu vender a posse da terra a Lucas Giraldes por um valor inferior a dois contos de réis. Como resultado, Rui de Figueiredo chegou a entrar com um processo contra a transação comercial, mas acabou por desistir de o levar adiante. É assim que, após

conseguir autorização real, Jerônimo de Figueiredo e Alarcão vende a capitania a Lucas Giraldes, que já era sesmeiro da mesma, como vimos acima. À semelhança do primeiro donatário, Lucas Giraldes também não saiu de Portugal, nomeando prepostos para representá-lo em seus negócios nos trópicos. Estando sob a égide de Lucas Giraldes e, posteriormente, de seu filho, Francisco Giraldes, a Capitania de Ilhéus conhece, na segunda metade do século XVI, sua fase mais próspera como região produtora de açúcar, vindo a possuir nove engenhos funcionando simultaneamente. Ainda assim, foi uma prosperidade relativa, se considerarmos que, na mesma época, a Capitania da Bahia já possuía cerca de cinquenta engenhos em funcionamento. Após a morte de Francisco Giraldes, sua filha, Maria Giraldes, entregou a capitania, como pagamento de dívidas de seu marido, a D. João de Castro, fato que trouxe mais complicações à já complicada situação da Capitania de Ilhéus, pois gerou grandes divergências entre os familiares da herdeira, culminando no início de uma disputa judicial em torno da posse da capitania. Sendo D. João de Castro casado com uma mulher chamada D. Juliana, pertencente à Casa de Resende, em Portugal, ao final do processo – que teve resultado favorável a D. João de Castro –, a capitania acabou por entrar no rol das posses da Casa de Resende (Vilhena 1969 [1798-1799], Dias Tavares 2008).

### **2.2.1 Guerras e epidemias na Capitania de Ilhéus: impactos sociolinguísticos**

Enquanto, ao longo da década de 1550, em Portugal, aconteciam os referidos conflitos em torno da posse da Capitania de Ilhéus, no Brasil, na própria capitania, os conflitos entre portugueses e índios – tanto tapuias, quanto tupinambás – tornaram-se tão sérios, que o Governador Mem de Sá resolveu ir pessoalmente à região, para dar cabo dos aimorés e dos tupinambás que estavam em guerra contra os portugueses. Tomada a decisão de atacar os insurgentes, providenciou “(...) navios ligeiros, escolheu soldados de satisfação e alguns índios das aldeias, e desembarcou em breve tempo, no Porto de Ilhéus” (Vasconcelos 1663 apud Mott 2010: 200-201). O resultado dessa investida foi o confronto, entre o final de 1560 e o início de 1561, tendo de um lado da “trincheira” o próprio Mem de Sá e suas tropas e, de outro, os índios, no qual foram destruídas cerca de 300 aldeias. Os índios que se salvaram foram aqueles que fugiram ou aceitaram submeter-se ao jugo dos colonos e dos inácianos (estes, a essa altura, já estavam na região): “Trezentas aldeias se contam, que destruiu e abrasou do gentio rebelde. O que não quis descer à igreja retirou-se por essas brenhas por distância de 60 e mais léguas, onde ainda não se davam por seguros do ferro e fogo português. Entrava o ano de 1561” (Vasconcelos 1663 apud Mott 2010: 201). As mortes, entretanto, não se limitaram às ocorridas no confronto com Mem de Sá. Como se não bastasse a mortífera mão de ferro do governador, dois terços da

população indígena sobrevivente morreram por causa de uma epidemia de varíola que assolou a região (Mott 2010, Argolo 2011).

Em 1563, logo após o término da guerra, os jesuítas foram agraciados por Mem de Sá com grandes extensões de terra ainda úmida de sangue indígena, que perfaziam o trecho entre o rio de Contas e o rio Camamu. Este latifúndio, no qual estabeleceram as fazendas Santa Inês e Santana, veio a constituir-se nas famosas doze léguas dos jesuítas, que só não se multiplicaram, indo adiante da ilha de Boipeba, pelo temor aos aimorés, que viviam nas redondezas da ilha, costumando atacar nas estradas e no meio dos canaviais (Mott 2010, Argolo 2011, Dias 2011). Devido a este conjunto de turbulências, a Vila de São Jorge dos Ilhéus, que chegou a contar, em 1562, com nove engenhos de açúcar, viu esse número cair, em 1565 – quando são criadas as povoações nas ilhas de Cairu e de Boipeba –, para três engenhos (certamente como consequência da epidemia de varíola de 1563), experimentando uma significativa recuperação em 1570, com oito engenhos, sofrendo mais uma queda drástica em 1583 (certamente como consequência de mais uma epidemia de varíola em 1582), com três engenhos, recuperando-se ainda uma última vez, em 1587, com seis engenhos – sendo um dos jesuítas, em Camamu.

Apesar das muitas turbulências pelas quais a capitania vinha passando, os ataques constantes dos tapuias, ironicamente, serviram como uma maneira de tornar os portugueses cientes do contingente significativo que representavam, assim como de sua localização, o que poderia vir a constituir-se em uma nova fonte de mão de obra escrava, fosse para os poucos engenhos de açúcar que ainda existiam e para os cortes de madeira que sempre existiram, fosse para trabalhar nas roças de mandioca que começavam a multiplicar-se nas terras dos colonos da capitania (entre os índios, as pequenas plantações de mandioca eram uma atividade anterior à chegada dos portugueses, entretanto atribuída às mulheres; cf.: Freyre 2002 [1933], Marcílio 2004). Além disso, havia a esperança, por parte dos portugueses, de descobrir ouro nas terras do interior, constituindo-se em mais um fator a incentivar expedições rumo ao sertão. É nesse contexto que se enquadra um longo manuscrito<sup>2</sup> do Tribunal do Santo Ofício, disponível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal, redigido entre 1592 e 1593, relativo a uma expedição sertanista que durou dezesseis anos e meio, terminando nos primeiros dias de janeiro de 1592 – o que significa que a expedição se iniciou por volta de 1576 –, e que ficou concentrada num arraial na Serra de Traípe, próxima ao rio Mujiquiçaba, território dos índios aratacas, no sertão da Capitania de Ilhéus. A região em questão, atualmente, corresponde à cidade de Arataca-BA.

---

<sup>2</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

### **2.2.2 O Processo de Thomás Ferreira: evidências sobre o contexto linguístico da Capitania de Ilhéus no final do século XVI**

Primeiramente, faremos uma detalhada exposição do documento, no intuito de situar, no tempo e no espaço, as informações de caráter linguístico que, dele, serão inferidas, porque o século XVI é ainda pouco conhecido pela linguística histórica brasileira, justificando, assim, a longa exposição. Em seguida, depois de finalizada, apresentaremos nossas constatações linguísticas a respeito das informações puramente históricas encontradas.

Trata-se de um processo do Tribunal do Santo Ofício, do qual consta, como principal denunciado, Thomás Ferreira, de trinta e seis anos, mameluco nascido em Ilhéus, filho de Marçal Ferreira (branco) e de Ilena (índia), escrava do próprio Marçal Ferreira. Também tinha uma irmã, chamada Gracia Ferreira, casada com um carpinteiro da Capitania de Porto Seguro, chamado Domingos. Sobre seus avós, tios e demais parentes paternos, disse que não os conheceu, o que já era de se esperar, pois viviam no outro lado e hemisfério do Oceano Atlântico, em Portugal. Com relação aos avós, tios e demais parentes maternos, é bastante plausível admitirmos que os tenha conhecido, e mesmo com eles convivido intimamente na infância, pelo fato de sua mãe ser índia nativa do Brasil: “(...) foi perguntado por sua genealogia e disse que não conheceu seus avós, nem tios de parte de pai, nem demais, e que tem uma irmã casada, chamada Gracia Ferreira, cujo marido se chama Domingos [sic], carpinteiro natural de Porto Seguro (...)”<sup>3</sup>.

O fato de Thomás Ferreira ser o principal denunciado pode ser constatado pelo título do processo: “Processo de Thomás Ferreira mameluco”. Vejamos o que disse, ao identificar-se, no dia 18 de janeiro de 1592, quando foi confessar seus pecados, denunciados quatro dias antes por Adão Vaz, diante de Heitor Furtado de Mendonça, visitador do Santo Ofício: “(...) e disse ser cristão velho, segundo seu parecer natural dos Ilhéus deste Brasil, filho de Marçal Ferreira, homem branco e de sua escrava brasileira por nome Ilena (...) solteiro de idade de trinta e seis anos (...)”<sup>4</sup>. Apesar de ser o protagonista do processo, Thomás Ferreira foi incorporado à expedição apenas em seu último ano e meio, sendo esta a provável razão para que Adão Vaz, o delator, além de o denunciar, tenha denunciado outros tantos ex-companheiros de expedição, pois, antes de Thomás Ferreira chegar à Serra de Traípe, muitos já estavam lá.

O processo foi redigido em Salvador, Capitania da Bahia, na casa do visitador do Santo Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, e teve início exatamente no dia 14 de

---

<sup>3</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>4</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

janeiro de 1592, quando Adão Vaz resolve, por livre e espontânea vontade, bater à porta do visitador para denunciar os sertanistas que integraram, juntamente com ele, a tal expedição, incluindo Thomás Ferreira, pelo fato de este ter comido carne na Semana Santa e em outros dias santos. Também como parte da denúncia, Adão Vaz afirma que os membros da expedição deram armas aos índios aratacas, em troca de “corpo fechado”, ou seja, de proteção aos mais variados perigos, principalmente os relativos à guerra. Ressaltemos que o processo de Thomás Ferreira tem como uma de suas testemunhas ninguém mais, ninguém menos do que o jesuíta Fernão Cardim – conhecido pelo seu *Tratado da terra e gentes do Brasil* –, que, no final do processo, deixou, bem legível, sua assinatura. O delator, Adão Vaz, era carpinteiro, natural de Ferreira, na região do Porto, em Portugal, filho de João Vaz e de Francisca Pires, ambos lavradores, e na ocasião da denúncia tinha trinta anos de idade. Apesar de ser solteiro, mantinha relação estável com Gieronima Ferreira em São Sebastião do Passé, no Recôncavo Baiano. Entretanto, mesmo vivendo maritalmente sem a bênção católica, o notário do Santo Ofício, Manoel Francisco, fecha os olhos para esse fato – negativo diante de um membro da Igreja –, o que nos leva a pensar, como seria de se esperar, que o real interesse do Santo Ofício na denúncia estivesse no fato de os membros da expedição terem fornecido armas aos índios aratacas, possivelmente tapuias – porque são referidos no documento como “gentio infiel”, o que nos leva a contrastá-los com os tupinambás, geralmente catequisados –, que vinham submetendo os portugueses a muitas mortes e prejuízos. O Tribunal do Santo Ofício funcionava muito mais como um instrumento de perseguição política em favor dos reis, com os quais dividia interesses, do que como uma manifestação real de fé:

Aos quatorze dias do mês de outubro digo de Janeiro de mil e quinhentos e noventa e dois anos nesta cidade do Salvador, Capitania da Bahia de Todos os Sanctos, nas casas da morada do senhor Visitador do Sancto Ofício, Heitor Furtado de Mendonça, perante ele apareceu sem ser chamado Adão Vaz, e por querer denunciar coisas tocantes ao Sancto Ofício recebeu juramento dos Sanctos evangelhos em que pôs sua mão direita sob cargo do qual prometeu dizer em tudo verdade e disse ser cristão velho [sic] natural de Ferreira, bispado do Porto, filho de João Vaz e de sua mulher, Francisca Pires, lavradores de idade de trinta anos, solteiro que está ora esposado com Gieronima Ferreira, carpinteiro de casas, morador na freguesia de Passé no Recôncavo desta capitania (...) <sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

Sobre a primeira denúncia, Adão Vaz disse que, durante a longa expedição no sertão, seus integrantes comeram carne na quaresma, em dias de festa, em feiras e em sábados de jejum religioso, sem qualquer licença eclesiástica, sem estarem doentes e, além disso, possuindo outros mantimentos com que pudessem saciar a fome, como farinha, fava, batata, milho, abóbora, aipim e peixe. Porém, o próprio denunciante se contradiz, ao afirmar que a justificativa dos membros da expedição para comer carne era o fato de, no arraial da Serra de Traípe, não haver outro alimento, nem quem o fosse buscar, e o fato de todos seus moradores também comerem carne. Segundo o denunciante, a disponibilidade de carne para os membros da expedição se dava pelo fato de possuírem escravos que a negociavam, provavelmente com os índios aratacas. Não esclarece, porém, se os escravos eram africanos ou índios. Apenas em um momento posterior do processo, há referência a negros flecheiros, mas isso não nos permite afirmar que se tratava dos mesmos escravos mencionados no início do documento. Além do mais, os índios escravizados eram também chamados de “negros da terra”. Naquele final de século XVI, era, inclusive, mais provável que esses “negros flecheiros” fossem negros da terra – ou seja, índios –, devido à menção explícita ao manuseio de arcos e flechas. Por essa razão, assim os consideraremos.

Quanto aos demais membros da expedição que comeram carne, chama a atenção a grande quantidade de mamelucos – além do próprio protagonista do processo, Thomás Ferreira –, embora não sejam somente mamelucos os denunciados. Seus nomes eram Rodrigo Menezes da Cachoeira (mameluco), Grauiel Alvarez (seu sobrinho e, portanto, possivelmente mameluco) e Manoel de Castro – criado de Rodrigo Menezes e que exercia a função de meirinho (devido ao fato de ser criado, possivelmente também era um mameluco) –, Lázaro Aranha (mameluco) – residente em Paraguaçu –, Bernaldim Fernandes – residente em Paraguaçu –, Manoel de Miranda – residente em Sergipe –, Diogo Menezes Leão – residente em Sergipe –, Tomé da Rocha – residente em Sergipe e governador do forte do local –, Antônio Rodrigues de Andrade – residente em Jaguaripe, na Capitania de Ilhéus –, Domingos Fernandes Thomacauna (mameluco) – Padre Bernardo Ribeiro (mameluco) – residente em Salvador; além do fato interessante de ser um padre mameluco, ressaltamos que ele mesmo comia carne nos referidos dias santos, assim como autorizava os demais membros da expedição e do local onde se encontravam a também comer –, Balthasar Camelo – ourives, o que revela a intenção de achar ouro durante a expedição –, Antônio Fernandes – que já tinha morado com a esposa em São Sebastião do Passé, mas que à altura já não parecia mais morar lá, embora não seja informada sua residência atual –, Antônio da Costa (mameluco) – residente em Jaguaripe, no extremo norte da Capitania de Ilhéus, e que não possuía uma das mãos, por ter sido cortada, embora não seja informado o motivo – e seu genro Gaspar Nunes – também residente em Jaguaripe –, Cristovão da Rocha – capitão na Capitania de Pernambuco –, outro Antônio da Costa – residente em Pernambuco – e João Vaz Ramalho – residente em Pernambuco:

(...) e denunciando disse que ele veio ora do sertão na companhia de Antônio Rodrigues d'Andrade no qual andaram dezesseis anos seis meses no qual tempo em todos os dias de quaresma e de festas feiras digo que dias de festas feiras e sábados e de jejuns da Igreja todos os da dicta companhia comeram carne, e muitas das ditas pessoas a comeram sem necessidade de doença e sem licença do ordinário e tendo mantimentos, farinhas, favas, batatas, milho, aboboras, aipim, e algum peixe demandaram que podiam muito bem escusar de comer carne por que tinham escravos que lhe negociavam os ditos mantimentos e muitas das ditas pessoas que comeram carne sem necessidade e sem escusa são as seguintes. Rodrigo Menezes da Cachoeira mameluco, Lázaro Aranha mameluco morador em Peragasu [Paraguaçu], Bernaldim Fernandes, morador em Peragasu [Paraguaçu], Grauiel Alvares sobrinho do dito Rodrigo Menezes, Manoel de Castro criado do dito Rodrigo Menezes que servia de meirinho, Manoel de Miranda morador em Ceregipe, Diogo Menezes Leão morador em Ceregipe, Tomé da Rocha morador em Ceregipe governador do forte dele, Antonio Rodrigues d'Andrade morador em Jaguaripe, Domingos Fernandes Thomacauna mameluco, o Padre Bernardo Ribeiro mameluco morador nesta Bahia o qual padre é clerigo de missa e dizia no arraial a todos que bem podiam comer carne, e ele mesmo a comia, e Thomas Ferreira mameluco morador em Jaguaripe, Balthasar Camelo ourives, estante nesta Bahia Antônio Fernandes morador que foi em Passé, casado, as quais pessoas todas ele denunciante viu comer carne todo o dito tempo que andaram no sertão os dias prohibidos sem terem necessidade nem escusa por terem escravos e servidores como tem dito e outrossim viu o mesmo fazer a Antônio da Costa mameluco, de uma mão cortada, e Gaspar Nunes seu genro moradores para a banda de Jaguaripe, e outras muitas pessoas que lhe não lembram, e assim Cristóvão da Rocha capitão da dicta capitania do sertão que dela se foi para Pernambuco e Antônio da Costa de Pernambuco, e João Vaz Ramalho também de Pernambuco e disse que posto que todo o mais arraial comiam geralmente carne tinham desculpamentos por que não tinham outra coisa nem quem lha fosse buscar e destes fizera ele denunciante um e outros muitos que não nomeiam<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> ANTT, "Processo de Thomás Ferreira mamaluco", Tribunal do Santo Officio, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

No que concerne à segunda denúncia, Adão Vaz afirmou que viu três homens cristãos pintarem-se como os índios aratacas e permitirem que seus braços fossem rasgados com um dente de animal, para que seu sangue, ainda fresco, fosse misturado com uma tinta preta dos índios, no intuito de que, após consumado o ritual sagrado, obtivessem algum tipo de proteção sobrenatural diante dos perigos que enfrentassem. Os nomes dos três sertanistas que participaram do ritual eram: Manoel (branco mameluco; certamente deveria ser um mameluco de pele mais clara do que o comum) – solteiro e residente em Itaparica –, Domingos Diaz (mameluco) – cuja alcunha era Jacorutu, solteiro e residente em Paraguaçu – e Balthasar de Leão (branco) – solteiro e residente em Pernambuco. Entretanto, não seriam alvo de perseguição apenas no momento em que foram delatados por Adão Vaz, porque, ainda na Serra de Traípe, o capitão Cristóvão da Rocha os acorrentou e os deixou expostos no terreiro do arraial, para que fossem ridicularizados pelos que os vissem naquela situação, como punição por terem participado do ritual sagrado indígena. Porém, logo após a punição, foram soltos:

Denunciou mais que no dito sertão nesta jornada viu três homens cristãos os quais se riscaram ao modo do gentio infiel que fez com um dente de um animal rasgar a carne pelos braços em louvores e dando por cima com certa tinta preta com o sangue fresco ficam perpétuos como ferrete os quais eram Manoel branco mameluco solteiro morador em Taparica [Itaparica] segundo lhe parece, e Domingos Diaz mameluco Jacorutu d'alcunha solteiro, morador em Peragasu [Paraguaçu] e Balthasar de Leão homem branco solteiro que foi para Pernambuco aos quais todos três ele denunciante viu riscados e por isso o capitão Cristóvão da Rocha os prendeu em correntes, e os mandou pôr em terreiro à vergonha e logo os soltou<sup>7</sup>.

Na terceira denúncia – e certamente a razão verdadeira para a abertura do processo no Tribunal do Santo Ofício, embora isso jamais seja admitido no documento –, é a vez de ser delatado o próprio capitão Cristóvão da Rocha, juntamente com o mameluco Pedro Lurez, pois Adão Vaz afirma os ter visto dando aos índios grande quantidade de pólvora, munição, um tambor de guerra, uma bandeira, espadas, espingardas, instrumentos para forjar ferro, além de uma égua e de um cavalo. Também afirmou ter ouvido Cristóvão da Rocha dizer aos índios que aquelas armas deveriam ser usadas para matar os brancos cristãos que aparecessem por aqueles lados, certamente numa tentativa de esboçar uma aliança com os aratacas, para que, futuramente, aceitassem negociar índios de corda, rotas que levassem a pedras, metais preciosos e madeiras já cortadas, prontas para venda, apenas com o grupo de sertanistas de Cristóvão da Rocha:

---

<sup>7</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

Denunciou mais que no dito sertão esta jornada viu a Cristóvão da Rocha dar pólvora, boa quantidade, e munição de pelouros e um cavalo e uma égua, e uma bandeira, e tambor de guerra, e espadas, e algumas espingardas e outras mandou concertar aos gentios infieis inimigos dos brancos cristãos os quais gentios costumam matar e fazer guerra aos cristãos quando tem ocasião para isso no dito sertão e assim eles deixou [sic] uma ferraria aparelhada com todos os instrumentos de ferralheiro e ele denunciante ouviu dizer ao dito Cristóvão da Rocha para os ditos gentios que lhe deixava ficar aquelas armas e aparelhos de guerra para que matassem aos brancos cristãos desta Bahia se lá fossem e se defendessem deles e outrossim viu dar Pedro Lurez mameluco que do sertão foi para Pernambuco uma espada a um dos ditos gentios inimigos por lhe dar umas peças e disto sabe quase todo o arraial<sup>8</sup>.

Sobre a intenção, por parte do capitão Cristóvão da Rocha, de obter índios de corda para serem escravizados, Thomás Ferreira, na sua confissão do dia 18 de janeiro de 1592, confirma este raciocínio, afirmando que o dito capitão, de fato, deu armas de guerra aos aratacas em troca de índios para serem escravizados:

(...) e disse mais que viu ao capitão da companhia em que ele estava no dito sertão Cristóvão da Rocha dar uma espada, e dois arcabuzes, e pólvora e munição e tambor, e bandeira de guerra e um cavalo e uma égua, a um gentio principal dos gentios de Raripe [Traípe] chamado arataca a troco de gentios escravos (...)<sup>9</sup>.

Finalmente, como última denúncia, Adão Vaz afirma que, no arraial da Serra de Traípe, havia um homem, chamado Pero Cardoso, ferreiro, que, apesar de viver com sua esposa, com quem se casou em Pernambuco, ainda assim, pelo que se entende no documento, relacionava-se com outras mulheres. Pelo fato de viver em meio aos índios, há a grande probabilidade de ser um mameluco, filho de pai português, com uma índia arataca. Neste trecho do documento, percebe-se que o Tribunal do Santo Ofício, por incrível que pareça, poderia ser também utilizado como instrumento de perseguição de uma pessoa ressentida com as traições do cônjuge, pois a esposa de Pero Cardoso, segundo o que se lê no manuscrito, estava disposta a acusá-lo de

---

<sup>8</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>9</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

heresia, porque costumaria desdenhar de um crucifixo e porque teria em casa uma “toura”, que seria seu objeto sagrado de adoração.

De acordo com Adão Vaz, ouviu o próprio Pero Cardoso falar sobre os atos heréticos em questão com Fernão Sanchez – residente em Pernambuco –, com Marçal – casado e oriundo de Pernambuco, possivelmente não se tratando do mesmo Marçal Ferreira, pai de Thomás Ferreira – e com João Brás Ramalho – também oriundo de Pernambuco –, estando presentes, inclusive, duas testemunhas, pois Antônio Rodrigues d’Andrade e Antônio d’Almeida – este último casado e residente em Itapuã – também teriam ouvido Pero Cardoso falar sobre seus pecados durante o tempo em que estiveram no arraial da Serra de Traípe:

Denunciou mais que no dito arraial desta jornada do sertão de Raripe [Traípe] donde ora vieram digo desta digo andaram homem tido por cristão novo por nome Pero Cardoso casado em Pernambuco, com ferreiro em Pernambuco morador o qual diziam no dito arraial muitas pessoas de Pernambuco que não fazia vida com sua mulher e que a dita sua mulher o havia de acusar porque tratava mal a um crucifixo, e que ele que tinha em casa uma toura em que adorava isto tudo deste Pero Cardoso ouviu ele denunciante dizer no dito arraial a Fernão Sanchez morador em Pernambuco, e a Marçal casado, de Pernambuco e João Brás Ramalho de Pernambuco e per ante Antônio Roiz d’Andrade e Antônio d’Almeida casado e morador na Tapoam [Itapuã] (...) <sup>10</sup>.

Seguindo um raciocínio lógico, pois os índios do sertão eram muito hostis aos colonos, o visitador do Santo Ofício perguntou a Adão Vaz por que, no caso da expedição de que fez parte, os aratacas não partiram para o ataque. De fato, a relação dos membros da expedição com os aratacas parece ter sido pacífica, não só pelos exemplos em que vemos os colonos participarem de rituais sagrados dos referidos índios, destinados aos guerreiros, e pelos exemplos em que vemos os colonos darem armas de guerra aos mesmos, como pela própria duração da expedição, que se estendeu por dezesseis anos e meio.

A tal questionamento, Adão Vaz respondeu que os aratacas não os enfrentaram, porque os colonos lhes fizeram promessas de grandes recompensas no caso de agirem pacificamente. Nesse ponto, chega inclusive a vacilar quanto às acusações feitas contra Manoel, contra Domingos Diaz – o Jacorutu – e contra Balthasar de Leão, referidas acima, dizendo que não sabe informar se deixaram que seus braços fossem pintados e rasgados – misturando-se seu sangue à tinta preta dos índios – por crença verdadeira nos poderes do ritual, ou para iludir os aratacas, fazendo-os pensar que, de fato, estavam aderindo a seus costumes e dispostos a conviver em harmonia:

---

<sup>10</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

(...) e sendo mais perguntado disse que a razão porque os ditos gentios inimigos a quem se deram as ditas armas e instrumentos de guerra não deram guerra a eles ora deste arraial que vieram do sertão na companhia de Cristóvão da Rocha, e de Antônio Roiz d'Andrade foi por que usaram com eles de manha mandando lhe prometer grandes dádivas para que fossem de paz com eles, e que não sabe a tenção dos três que se riscaram se se riscaram com a crença gentílica (...) <sup>11</sup>.

Ainda sobre o fato de os aratacas não terem sido agressivos, consta do processo, mais especificamente da confissão de Thomás Ferreira, outra explicação convincente: no grupo do capitão Cristóvão da Rocha, em que o réu se encontrava, havia mais de cem colonos brancos, certamente dispostos à guerra (do contrário, não estariam lá), somado a outro contingente de negros flecheiros, afora o contingente de mamelucos, que, provavelmente, era muito maior do que o de brancos – embora como brancos muitos mamelucos devam ter sido registrados. Assim, diante deste grupo temível, os aratacas optaram por um contato pacífico: “(...) e porquanto o dito capitão Cristóvão da Rocha levava na companhia cento e tantos homens brancos afora os negros flecheiros por isso os ditos gentios do dito arataca estiveram com ele de paz (...)” <sup>12</sup>.

A última parte do processo é composta justamente pela confissão de Thomás Ferreira. Além dos trechos que já foram citados da dita confissão, o réu – pressionado pelo visitador do Santo Ofício, que disse já serem todos os seus pecados conhecidos, e que, por isso, seria melhor confessá-los – acaba por também delatar o companheiro, Bastião do Sabogal (mameluco) – nascido na Capitania de Porto Seguro, tendo contraído matrimônio na Capitania de Ilhéus e depois ido morar na Capitania de Pernambuco, onde se encontrava naquele momento –, afirmando que também o viu comer carne em dias santos: “(...) respondeu que lhe alembra que também a comia com ele nos ditos dias proibidos seu companheiro que era Bastião do Sabogal mameluco natural de Porto Seguro e casado nos Ilhéus que ora é ido para Pernambuco (...)” <sup>13</sup>.

Após quase um ano de perseguição, tendo de comparecer à mesa do visitador do Santo Ofício por três vezes – nos dias 18 de janeiro de 1592, 10 de outubro de 1592 e 12 de outubro de 1592 –, finalmente o processo de Thomás Ferreira é dado por encerrado, decidindo o visitador, em 9 de dezembro de 1592, aplicar-lhe a pena de

---

<sup>11</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>12</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>13</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

voltar ainda outra vez àquela mesa, para ouvir algumas repreensões (o que de fato viria a acontecer no dia 11 de janeiro de 1593), e de cumprir penitências de cunho espiritual, como assistir a cinco missas por semana.

Como penitência material, ficou proibido, pelo resto da vida, de voltar ao sertão, além de ter sido obrigado a pagar os custos de seu processo. O trecho a seguir foi escrito pelo próprio visitador, Heitor Furtado de Mendonça:

Foram muitos estes autos em mesa e pareceu a todos os votos que visto como o réu veio no tempo da graça e não está delato de mais do que confessou, seja repreendido nesta mesa e se lhe imponha penitencias espirituais, e nunca mais vá ao Sertão. E pague as custas. 9. dezembro. 1592. Mendonça<sup>14</sup>.

Logo abaixo da assinatura do visitador, estão as assinaturas do Bispo – que assinou com o nome de seu cargo, e não com seu nome pessoal –, de Fernão Cardim, Damião Cordeiro, Lionardo Arminio e Melchior de Santana.

### 2.2.3 Aspectos linguístico-históricos do Processo de Thomás Ferreira

O século XVI, na história linguística brasileira, como foi mencionado acima, é pouquíssimo conhecido. Mesmo em livros de história propriamente dita – ou seja, escritos por historiadores, sem pretensões de caráter linguístico –, as informações sobre o século XVI são diminutas e quase sempre repetitivas, abordando-se aspectos extremamente gerais sobre as capitanias hereditárias, antes e depois da implantação do primeiro Governo-Geral em 1549. Alguns exemplos de livros de história, considerados clássicos, que abordam as capitanias hereditárias brasileiras no século XVI de maneira *en passant* são: *História do Brasil (1500-1627)*<sup>15</sup>, de Frei Vicente do Salvador (1982 [1627]), *História da América Portuguesa*<sup>16</sup>, de Rocha Pitta (1952 [1880]), *História do Brasil*, de Rocha Pombo (1905), *Nova história da expansão portuguesa: o império luso-brasileiro (1500-1620)*, de Nunes de Carvalho, Johnson e Nizza da Silva, sob a coordenação geral dos dois últimos (1992), e *História do Brasil*, de Fausto (2012 [2006]). Mesmo a *História da Bahia* (2008), de Dias Tavares, trata das capitanias baianas de maneira resumida, reservando duas ou três páginas para cada uma.

Se é assim que são abordadas, relativamente ao século XVI, as capitanias hereditárias que prosperaram economicamente com as plantações de cana de açúcar

---

<sup>14</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>15</sup> Este livro, hoje, também tem valor de crônica colonial.

<sup>16</sup> Este livro, hoje, também tem valor de crônica imperial.

– a exemplo da Capitania da Bahia e da Capitania de Pernambuco –, o que dizer das Capitâneas de Ilhéus e de Porto Seguro, que, até o início da ascensão da lavoura cacaueteira, no fim do século XVIII – ou seja, durante duzentos anos de colonização –, tiveram sua economia estagnada? É assim que o processo de Thomás Ferreira se constitui em uma fonte extremamente valiosa para que possamos inferir qual era o cenário linguístico da Capitania de Ilhéus na segunda metade do século XVI (lembramos que a colonização efetiva começa a partir de 1534, o que significa que, em 1592, não tinha completado, sequer, sessenta anos).

Desse modo, com relação à segunda metade do século XVI, temos, como primeiro ponto a destacar, o fato de que o tupinambá, tanto para linguistas, quanto para historiadores, era considerado uma língua falada quase exclusivamente na costa do Brasil, desde a foz do rio Amazonas até o limite sul do atual estado de São Paulo (exceções havia para algumas regiões do interior da Amazônia). Já o sertão brasileiro é considerado, nesse mesmo período, um imenso território onde se falavam também quase exclusivamente línguas tapuias do tronco Macro-Jê (Couto 1998). Porém, apesar de os índios tapuias do sertão, sem dúvida, terem suas próprias línguas (Rodrigues, em 1993, apresenta, para o geral do Brasil, um cálculo que estima o impressionante número de 1.175 línguas indígenas quando da chegada dos portugueses), isso não pode significar, de forma alguma, que não pudessem ter adquirido uma língua de outra etnia ou outras línguas de outras etnias, por razões políticas e de sobrevivência.

Como vimos no processo de Thomás Ferreira, a expedição da qual fez parte, rumo à Serra de Traípe, no interior da Capitania de Ilhéus, era composta por mais de cem brancos, por muitos mamelucos e por prováveis índios tupinambás – os tais “negros flecheiros”, pelo fato de serem aliados dos portugueses –, que, da costa, foram para as terras do interior da capitania, ocupadas pelos aratacas, em busca de índios de corda e de ouro. Se os portugueses, que vieram para o Brasil com poder militar superior, se viram na contingência de ter de adquirir a língua tupinambá, pelo fato de os falantes dessa língua serem um contingente de cerca de um milhão de índios, com grande homogeneidade étnica e linguística, o que dizer dos tapuias dos sertões brasileiros, extremamente heterogêneos étnica e linguisticamente, e com poder militar inferior ao dos tupinambás? Desse modo, no momento em que a língua tupinambá já era falada por um grande contingente no território mais cobiçado – a costa atlântica – e que, depois da chegada do colonizador europeu, passou a ser falada também por ele, não restava outra opção aos tapuias do interior a não ser a aquisição do tupinambá como segunda língua, para que pudessem continuar tendo algum acesso à costa e, mesmo, fazer alianças com os portugueses recém-chegados.

A leitura do processo de Thomás Ferreira, transcrito aqui em seus pontos principais, permite percebermos que não houve dificuldade de comunicação entre os membros da expedição e os índios aratacas do sertão, principalmente no trecho

em que Adão Vaz, como testemunha dos fatos narrados no documento, afirma claramente que “ouviu dizer ao dito Cristóvão da Rocha para os ditos gentios que lhe deixava ficar aquelas armas e aparelhos de guerra para que matassem aos brancos cristãos desta Bahia se lá fossem e se defendessem deles”<sup>17</sup>. De acordo com este trecho, Cristóvão da Rocha comunicou-se diretamente com os aratacas, sem o auxílio de um “língua” (tradutor), sendo que, geralmente, quando o contato entre colonos e tapuias era feito na língua destes últimos, o tradutor era figura frequente. Entretanto, em nenhum momento, ao longo do documento inteiro, é feita qualquer menção a tradutores na expedição. Além disso, o fato de alguns integrantes da expedição terem participado de rituais dos índios aratacas demonstra que já havia, entre eles, um grau de entrosamento social avançado, o que implica, necessariamente, em interação de caráter linguístico.

Estes fatos, tomados em conjunto, não nos levam a outro raciocínio a não ser o de que os aratacas, além de sua língua materna, também sabiam falar o tupinambá – nesse caso, como L2 –, permitindo-nos concluir com alguma segurança que, além de ser a língua mais falada na costa, o tupinambá também era utilizado como língua para contatos inter-étnicos no sertão da Capitania de Ilhéus, ampliando-se, inclusive, a área sertaneja em que geralmente se considera que o tupinambá foi falado, somando-se, à área do sertão da Capitania da Bahia, a área do sertão da Capitania de Ilhéus. Desse modo, tal região, de acordo com o raciocínio exposto, parece-nos ter sido uma grande área onde o tupinambá era falado como segunda língua, tanto antes da chegada dos portugueses, devido à hegemonia tupinambá, quanto depois da chegada dos portugueses, que se integraram linguisticamente à etnia predominante na costa da Capitania de Ilhéus (cf.: *o Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*, de Nimuendaju [1944]<sup>18</sup>). Nesse ponto, é impossível não lembrar das considerações de Silva Neto (1986 [1951]) sobre a possibilidade de o tupinambá – que chama de “tupi” – ter sido utilizado como língua franca por índios de tribos não-tupinambás. Entretanto, levanta essa questão nos termos de uma substituição de língua, e não de bilinguismo, como levantamos:

Hóspede que sou, no conhecimento das línguas americanas, não posso fazer ideia nítida do que fosse a *língua tupi*. Qual a sua origem? Qual o seu estado no século XVI? Quais as tribos que a falavam originariamente, e quais as que a falavam por a terem substituído à própria? (Silva Neto 1986 [1951]: 49, grifo nosso).

<sup>17</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>18</sup> <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/mapaetnohistorico2ed2017.pdf>

Outra questão que o documento esclarece refere-se às condições sociolinguísticas que Rodrigues (1986, 1996, 2010) afirma como necessárias à formação de uma língua geral. Basicamente, são elas: a existência de índias de origem tupi-guarani e de brancos portugueses, para que, gerando filhos mamelucos, adquirissem o idioma de origem tupi-guarani das mães – como primeira língua – e, já mais velhos, quando comessem a trabalhar com os pais, adquirissem o português destes – como segunda língua –, tornando-se bilíngues, resultando desse bilinguismo uma variedade diferenciada do idioma de origem tupi-guarani, que seria a língua geral.

Rodrigues (1996) afirma, então, que, na costa entre o Rio de Janeiro e o Piauí – ou seja, a região na qual está localizado todo o Sul da Bahia –, não foi possível o surgimento das condições sociolinguísticas mencionadas, conseqüentemente barrando a formação de uma língua geral ali. Alguns dos principais argumentos que utiliza para afirmar a falta de tais condições são a guerra de Mem de Sá contra os tupinambás da Capitania de Ilhéus e a dizimação provocada na região por epidemias de varíola.

Porém, o documento sobre o qual estamos tratando, datado de 1592, deixa claro que, mesmo depois de passados trinta anos desde as guerras de Mem de Sá e as primeiras epidemias de varíola (entre 1562 e 1563), ainda assim continuou existindo um considerável contingente tanto de índios tupinambás, quanto de mamelucos, haja vista a grande quantidade destes últimos, constante do processo de Thomás Ferreira, a começar por ele próprio<sup>19</sup>. O significativo contingente de tupinambás também se torna claro, pois uma grande quantidade de mamelucos da costa pressupõe uma grande quantidade de índios – que, no caso da costa, geralmente eram tupinambás.

Como vimos, Thomás Ferreira era “(...) segundo seu parecer natural dos Ilhéus deste Brasil filho de Marçal Ferreira homem branco e de sua escrava brasileira por nome Ilena (...)”<sup>20</sup>, sendo, portanto, além de mameluco, um provável bilíngue em tupinambá L1/português L2. Além do mais, é notável o trecho de sua confissão em que “(...) foi perguntado por sua genealogia e disse que *não conheceu seus avós nem tios de parte de pai nem demais* (...)”<sup>21</sup>, pois ressona como que a contradizer as considerações feitas por Rodrigues quase quinhentos anos depois, em 1996, ao afirmar que situações como a de Thomás Ferreira não se aplicavam à costa central do Brasil, onde está a Capitania de Ilhéus, mas apenas às regiões costeiras abaixo

---

<sup>19</sup> Aqui, a expressão “considerável contingente” é utilizada em termos relativos, levando-se em conta apenas o universo demográfico da expedição, encontrado no documento. Assim, para o universo de uma única expedição, era, de fato, um considerável contingente.

<sup>20</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mameluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

<sup>21</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mameluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

do Rio de Janeiro e acima do Piauí, mencionando as guerras de Mem de Sá e as epidemias de varíola ocorridas na região Sul da Bahia como determinantes para a configuração de tal cenário. Vejamos o que afirmou o autor, excluindo o Sul da Bahia como região portadora dessas condições sociolinguísticas: “Dessa situação [de miscigenação entre portugueses e índias tupinambás] resultou uma população mestiça cuja língua materna era o tupi das mães e também de toda a parentela, *já que do lado dos pais em geral não havia parentes consanguíneos (...)*” (Rodrigues 1996: 8, grifo nosso), em seguida afirmando, algumas páginas depois, que

(...) A costa de São Paulo e a costa do Maranhão e Pará foram, no século XVI, os extremos meridional e setentrional do domínio português no Brasil e ficaram mais distantes da sede da administração colonial, situada centralmente em Salvador, na costa da Bahia. Em consequência, aquelas áreas receberam inicialmente menos imigrantes europeus que a área central, especialmente Bahia e Pernambuco, onde a migração portuguesa foi mais continuada, inclusive com o estabelecimento de famílias já formadas. Com isso, *nas áreas centrais da costa, não se produziram as situações de intensa mestiçagem com os povos tupi-guaranis ali estabelecidos que permitiram, em São Paulo e no Maranhão e Pará, o predomínio da língua indígena sobre a portuguesa.* Em São Vicente e São Paulo, como registrou Anchieta em 1584, não houve guerras contra os índios tupis e na Amazônia, mesmo com a criação, no século XVII, do Estado do Maranhão e Grão Pará, administrativamente independente do Estado do Brasil e com capital em São Luís, a situação demográfica não mudou substancialmente em favor dos portugueses. *Na costa central, porém, não só não se estabeleceram naquelas áreas alianças matrimoniais em grande escala com os respectivos povos tupi-guaranis, mas ainda foram estes alvo de ações de extermínio por parte dos portugueses já no século XVI.* Só o Governador Mem de Sá exterminou os tamoios ou tupinambás do Rio de Janeiro, que foram aliados dos franceses de Villegagnon, *promoveu a guerra contra os kaetés da Bahia e de Pernambuco em vingança por terem alguns deles matado o bispo Fernandes Sardinha, e fez guerra também contra grande parte dos tupinambás da Bahia.* Em Pernambuco, os dois primeiros donatários, Duarte Coelho e seu filho do mesmo nome, despovoaram inteiramente a costa. *Os temiminós das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro foram igualmente eliminados. Além disso, as terríveis epidemias de varíola (bexigas) que reiteradamente grassaram na Bahia e regiões vizinhas no século XVI dizimaram os índios que estavam em contato pacífico com os portugueses, seja como catecúmenos, seja como escravos (...)*” (Rodrigues 1996: 11, grifos nossos).

Como vimos, no *Processo de Thomás Ferreira*, consta a afirmação, praticamente com as mesmas palavras, de que essas condições de miscigenação, na verdade, se apresentaram no Sul da Bahia. Enfim, se fizermos uso do artifício cognitivo da indução e, a partir da amostra oferecida por esse manuscrito, concluirmos que outras expedições sertanistas teriam realidades demográficas semelhantes, os trechos que acabamos de citar são uma prova documental de que, no final do século XVI, estava aberto o caminho para a formação de uma língua geral no Sul da Bahia, o que de fato veio a acontecer, como demonstraram trabalhos relativos à região, que adotaram como recorte temporal a segunda metade do século XVIII (Lobo et al 2006, Argolo 2013, 2016).

Considerando-se que, em grande parte dos documentos históricos do período colonial, os mamelucos são, sempre que possível, incluídos no rol dos brancos – seja por sua vontade, seja pela vontade de quem fez o registro –, é impressionante o número de mamelucos que foram textualmente classificados como tais no processo de Thomás Ferreira. Se olharmos para as informações do processo de forma ingênua, teremos a impressão de que a expedição é composta, em sua imensa maioria, por brancos, pois, além dos que tiveram seus nomes citados, ainda há a informação de que havia cerca de outros cem; em seguida, viriam os mamelucos, cujos nomes também são citados; e, por fim, os “negros flecheiros”, na verdade índios (possivelmente tupinambás, por serem aliados dos portugueses e provenientes da costa), cujos nomes não são citados. Pela razão exposta, o número de mamelucos citados em documentos coloniais deve sempre ser encarado como menor do que o real, ou seja, como mamelucos que, por um “deslize”, não foram registrados como brancos. Esse raciocínio tem como consequência lógica a necessidade de encarar como inflacionado o número de brancos registrados.

Sobre os mamelucos citados no manuscrito, nem todos são textualmente classificados como naturais do Sul da Bahia nem também sobre eles tal inferência se pode fazer, razão pela qual citaremos, na tabela 1, apenas os indubitavelmente naturais das Capitânicas de Ilhéus e de Porto Seguro ou aqueles dos quais tal naturalidade se possa inferir. É assim que, a nosso ver, têm de ser encarados os números que apresentaremos na tabela 1, relativos ao pequeno universo demográfico apresentado no processo de Thomás Ferreira.

Tab. 1: Dados extraídos do “Processo de Thomás Ferreira mameluco” (1592), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquirição de Lisboa, proc. 11635.

	Universo demográfico que se pode constatar e inferir, de maneira direta e indireta, do processo de Thomás Ferreira, relativo à expedição à Serra de Traípe, no sertão da Capitania de Ilhéus, que durou 16 anos e meio.
<b>Mamelucos</b>	<b>13</b> (Número provavelmente muito superior).
<b>Índios tupinambás</b>	<b>01</b> (Esta índia, provável tupinambá, é citada apenas na genealogia de Thomás Ferreira, ao final do processo, embora o documento se refira textualmente à existência de “negros flecheiros” na expedição, que, como já dissemos, eram certamente índios tupinambás aliados dos brancos. No que concerne aos índios aratacas, possivelmente tapuias, são citados diversas vezes. Embora não sejam dadas informações numéricas sobre os aratacas, o contexto do documento deixa claro que eram um número considerável).
<b>Branços</b>	<b>116</b> (Número provavelmente muito inferior).
<b>Negros</b>	Contingente possivelmente existente na expedição, mas sem informações que permitam uma dedução consistente a esse respeito.

### 2.3 *O final do século XVI e suas Configurações Linguísticas*

De acordo com o cruzamento das informações de caráter sociolinguístico que deduzimos do processo de Thomás Ferreira (1592), com os dados demográficos expostos por Ribeiro (2004 [1995]) e Dias (2011) – relacionando-os com a informação de Anchieta (1584: 59 apud Altman, 2003: 60) sobre a amplitude do uso do tupinambá ao longo da costa brasileira – e com as informações etnológicas de Nimuendaju (1944), podemos concluir que, ao final do século XVI, a Capitania de Ilhéus apresentava duas grandes Configurações Linguísticas, caracterizadas pelo monolinguismo (tupinambá

L1) e pelo bilinguismo (línguas tapuias, eventuais línguas africanas e europeia L1/tupinambá L2).

Isto porque, como já foi dito, as condições sócio-históricas do início da colonização eram favoráveis ao alçamento do tupinambá como língua-alvo da Capitania de Ilhéus, conduzindo as várias etnias que ali se encontravam, inclusive a portuguesa e as eventuais etnias africanas, à aquisição do tupinambá como segunda língua.

Devemos ressaltar que, por ser plenamente satisfatório o acesso às estruturas linguísticas do tupinambá, pelo fato de a costa da Capitania de Ilhéus ser composta majoritariamente por falantes deste idioma, não se pode inferir que Configurações Linguísticas de transmissão linguística irregular, propícias à formação de pidgins e crioulos, se tenham formado na região até o final do século XVI. Assim, dentro das duas amplas Configurações Linguísticas mencionadas, caracterizadas pelo monolinguismo e pelo bilinguismo, podemos encontrar diversos perfis de falantes, assim como apresentar, em linhas gerais, as áreas em que as situações de monolinguismo e de bilinguismo se apresentavam, de acordo com os Quadros 1 e 2.

Raça	Etnia	Língua que compunha o perfil do falante	Área
Vermelha	Tupinambá	<b>Perfil 1:</b> tupinambá L1	Costa e pontos isolados no início do Sertão, na margem direita do rio Pardo e na margem esquerda do rio Jequitinhonha, próximos à divisa com a Capitania de Porto Seguro.

Quadro 1: Configuração Linguística 1 – Monolinguismo. Dados extraídos do “Processo de Thomás Ferreira Mameluco” (1592) e de Nimuendaju (1944).

Raça	Etnias	Línguas que compunham os perfis dos falantes	Área
Vermelha	Aimoré	<b>Perfil 2:</b> aimoré L1/tupinambá L2	Sertão e Costa (apenas os gueréns e aimorés estavam no sertão e na costa)
	Akroá	<b>Perfil 3:</b> akroá L1/tupinambá L2	
	Arataka	<b>Perfil 4:</b> arataka L1/tupinambá L2	
	Baenã	<b>Perfil 5:</b> baenã L1/tupinambá L2	
	Guerém	<b>Perfil 6:</b> guerém L1/tupinambá L2	
	Imboré	<b>Perfil 7:</b> imboré L1/tupinambá L2	
	Kamacã	<b>Perfil 8:</b> kamacã L1/tupinambá L2	
	Kamuru	<b>Perfil 9:</b> kamuru L1/tupinambá L2	
	Kariri	<b>Perfil 10:</b> kariri L1/tupinambá L2	
	Kutaxó	<b>Perfil 11:</b> kutaxó L1/tupinambá L2	
Branca	Portuguesa	<b>Perfil 14:</b> português L1/tupinambá L2	
	Negra	Predominantemente, etnias dos grupos banto e jêje-mina	<b>Perfil 15:</b> línguas banto e jêje-mina L1/tupinambá L2
Mestiça	Mameluca (proto-etnia brasileira, com a qual o negro viria a se fundir posteriormente)	<b>Perfil 16:</b> tupinambá L1/português L2	

Quadro 2: Configuração Linguística 2 – Bilinguismo. Dados extraídos do “Processo de Thomás Ferreira Mameluco” (1592), de Nimuendaju (1944) e de Pessoa de Castro (2001).

### 2.3.1 Matrizes linguísticas da Capitania de Ilhéus até o final do século XVI

Com base nas informações expostas nas Configurações Linguísticas 1 e 2, concluímos que o quadro linguístico geral da Capitania de Ilhéus, no final do século XVI, era composto pelas matrizes [1] aimoré – L1, [2] akroá – L1, [3] arataka – L1, [4] baenã – L1, [5] guerém – L1, [6] imboré – L1, [7] kamacã – L1, [8] kamuru – L1, [9] kariri – L1, [10] kutaxó – L1, [11] maracá – L1, [12] pataxó – L1, [13] tupinambá – L1 e L2; [14] português – L1 e L2; e [15] línguas africanas – L1.

Com relação à matriz [3] arataka – L1, tanto a etnia, quanto a língua não constam de nenhum dos estudos históricos que utilizamos como embasamento para este artigo. Seu conhecimento só foi possível graças ao *Processo de Thomás Ferreira mameluco*,

manuscrito datado de 1592, que pode ser encontrado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, Portugal.

### **2.3.2 Ambientes de comunicação em que se manifestavam as Configurações Linguísticas da Capitania de Ilhéus no final do século XVI**

Continuando com nossas considerações relativas a processos sociolinguísticos da Capitania de Ilhéus, não podemos nos esquecer que a Vila de São Jorge dos Ilhéus, em relação a Salvador, capital da colônia, era uma das mais distantes, porque se situava mais ao sul, próxima à fronteira com a Capitania de Porto Seguro, o que gerou um movimento migratório dos colonos portugueses para as regiões ao norte do antigo domínio de Jorge de Figueiredo Correia – a exemplo das áreas dos rios Camamu e Traípe e das ilhas de Boipeba e de Tinharé –, no intuito de montar engenhos de açúcar mais próximos à capital, utilizando-se da mão de obra dos tupinambás e dos tapuias “resgatados” em expedições sertanistas, como a descrita no processo de Thomás Ferreira, que acabamos de apresentar.

Tal migração pressupõe um uso mais acentuado do português naquela região da capitania, não só por causa desse fator demográfico qualitativo, mas devido a maiores relações comerciais com a capital Salvador e pelo próprio caráter da motivação desse deslocamento: a implantação de engenhos de açúcar. Isto porque a economia com base na produção açucareira era um dos pilares da economia colonial portuguesa, inserindo-se, seus agentes, desse modo, nas esferas políticas da administração, cujas relações sociais eram estabelecidas em língua portuguesa.

Dentro dos poucos engenhos da Capitania de Ilhéus no final do século XVI, entretanto, a língua que estabelecia as relações sociais daqueles “pequenos mundos” era, certamente, o tupinambá – cuja variedade colonial, que viria a ser chamada de “língua geral” ao longo do século XVII, já estava em formação. E isto se aplica tanto às relações sociais entre os senhores e os escravos índios, quanto às relações sociais dos índios entre si, fossem eles tupinambás – consequentemente falantes do tupinambá como L1 –, fossem tapuias – consequentemente falantes do tupinambá como L2. Mesmo os poucos africanos que foram inseridos na capitania, no momento inicial em que os engenhos tiveram alguma prosperidade, certamente tiveram de adquirir o tupinambá como L2, por ser a língua mais viável socialmente. Fora dos engenhos, nas ruas pobres das vilas da Capitania de Ilhéus, nas praças improvisadas e nas aldeias do meio dos matos – ou seja, em contextos sociais nos quais o uso de uma língua comum não era um imperativo, principalmente os contextos não-laborativos –, o multilinguismo da região se manifestava.

Desse modo, além do tupinambá, que funcionava como língua supra-étnica, utilizada principalmente nos povoados onde estavam em contato portugueses,

índios de diferentes etnias – de origem tupi e de origem macro-jê – e alguns negros africanos, estavam em pleno uso também as línguas indígenas citadas na Configuração Linguística de Bilinguismo (Quadro 2), a saber: o aimoré, o akroá, o arataca, o baenã, o guerém, o imboré, o kamacã, o kamuru, o kariri, o kutaxó, o maracá e o pataxó. Porém, o uso dessas línguas certamente era mais acentuado nas tribos do meio dos matos, pois, nelas, o maior isolamento social criava condições para que, nesses contextos restritos, fossem faladas as línguas respectivas de cada etnia.

No que concerne às missões jesuíticas, estas, apesar de se constituírem em um ambiente social restrito, reproduziam, entretanto, a situação linguística dos povoados, embora em menor dimensão. Isto porque, assim como nos povoados, as missões apresentavam um contingente composto, de forma geral, por portugueses, índios de etnias distintas – de origem tupi e de origem macro-jê – e alguns negros africanos, igualmente favorecendo o uso de uma língua supra-étnica, mesmo que nesses contextos o uso de uma língua supra-étnica não fosse um imperativo, havendo espaço para as minorias linguísticas tapuias da capitania.

Como vimos, também, além dos índios bilíngues nas línguas tapuias citadas – como L1 – e em tupinambá – como L2 –, a Capitania de Ilhéus abarcava os mamelucos bilíngues em tupinambá – como L1 – e português – como L2. Assim, a escolha da língua a ser utilizada, em meio a tal cenário multilíngue, variava de acordo com o ambiente social em que os mamelucos se encontravam.

No caso dos bilíngues em aimoré, akroá, arataca, baenã, guerém, imboré, kamacã, kamuru, kariri, kutaxó, maracá e pataxó, como L1, e em tupinambá, como L2, a frequência de uso deveria variar dentro da dicotomia *fora dos engenhos/dentro dos engenhos*, sendo as doze línguas indígenas, citadas, utilizadas com maior frequência no ambiente fora do engenho – povoados, missões jesuíticas e aldeias –, devido à maior facilidade para se concentrar índios de uma mesma etnia, e o tupinambá utilizado com maior frequência no ambiente interno ao engenho, devido à menor facilidade para se concentrar índios de uma mesma etnia – por serem ambientes rigidamente controlados pelos senhores e capatazes, e não pelos autóctones –, conseqüentemente favorecendo a mistura aleatória de índios de etnias distintas. Somando isto à necessidade de comunicação com o senhor, que também teria adquirido o tupinambá como L2, somos levados à conclusão de que a língua falada com maior frequência nos poucos engenhos do Sul da Bahia era o tupinambá, na sua variedade conhecida como “língua geral”.

Quanto à venda de açúcar para os galpões da capital, próximos aos portos de exportação para o mercado internacional, os acompanhantes dos portugueses, por excelência, deviam ser os mamelucos, pois, além de terem alguma afinidade com os europeus em termos familiares, havia o fato de saberem falar o português como segunda língua, possibilitando, assim, a comunicação nos contextos em que a língua portuguesa fosse exigida, a exemplo dos contextos de negociação do açúcar com os mercadores da região central da colônia.

Tínhamos, então, três ambientes sociais que determinavam usos linguísticos distintos:

- i. *Fora dos engenhos*, onde a flexibilidade linguística era maior, havendo o uso tanto do aimoré, do akroá, do arataca, do baenã, do guerém, do imboré, do kamacã, do kamuru, do kariri, do kutachó, do maracá e do pataxó – como L1, nomeadamente entre índios da mesma etnia –, quanto do tupinambá – como L1, no caso dos índios da etnia tupinambá, e como L2, no caso de haver comunicação entre índios de etnias distintas.
- ii. *Dentro dos engenhos*, onde a flexibilidade linguística era menor, predominando o uso do tupinambá como L2, por ser a língua comum a todos, mesmo que houvesse mamelucos, falantes de português como L2, presentes nas situações comunicativas.
- iii. *De trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, onde a flexibilidade linguística era menor ainda do que a dos engenhos, havendo o uso quase exclusivo, porém, de uma língua não-índigena, ou seja, o português, pois o comércio do açúcar estava intimamente relacionado à administração colonial, em cujos contextos comunicativos se falava apenas o português.

Frei Vicente do Salvador, inclusive, descreve um dos engenhos da Capitania de Ilhéus, o de Bartolomeu Luís de Espinha, às margens do rio Traípe e próximo à serra homônima – onde se instalou a expedição em que estava presente Thomás Ferreira –, pelo fato de ter sido instalado muito próximo a uma lagoa de água doce e por possuir um pomar – pelo que se entende, muito produtivo – de marmelos, figos, uvas e frutas, às quais chamou de “frutas de espinho”. Além disso, no setor da costa onde estava o engenho, podiam ser encontrados muitos peixes, inclusive peixes-bois: “[No rio Traípe] tem Bartolomeu Luís de Espinha um engenho e junto dele está uma lagoa de água doce, onde há muito e bom peixe do mar e peixes bois, e um pomar formoso de marmelos, figos e uvas e frutas de espinho” (Salvador 1982 [1500-1627]: 111). Com toda a probabilidade, a língua corrente entre os escravos indígenas, e mesmo entre os possíveis escravos africanos que trabalhavam dentro dos limites deste engenho, desde a plantação e corte da cana, a sua moagem e beneficiamento, até chegar à condição final de açúcar, era o tupinambá L2.

### 3 Conclusão

Ao longo deste artigo, expusemos sinteticamente, em “1 Introdução”, desde os fatos iniciais relativos à fundação da Capitania de Ilhéus – a saber, a economia implantada e a forma de cooptação de mão de obra adotada – aos pontos principais – a saber, a apresentação do *Processo de Thomás Ferreira Mameluco*, as Configurações Linguísticas dele extraídas, assim como os Ambientes de Comunicação dentro dos quais essas configurações se manifestaram.

No item “2 O século XVI: história e línguas” e subitem “2.1 A fundação da Capitania de Ilhéus”, aprofundamo-nos nos fatos históricos que levaram a sua fundação, expondo em que contexto geopolítico o Reino Português passou a considerar necessária a implantação do sistema de Capitânias Hereditárias, mantendo nosso foco na Capitania de Ilhéus, onde navios de outros reinos já começavam a aportar no intuito de aprisionar índios para os vender como escravos na Europa, a exemplo de um navio espanhol apreendido por Martim Afonso de Souza na baía de Camamu. Abordamos, também, o fato de Jorge de Figueiredo Correia, donatário da capitania, não ter chegado a pôr os pés em solo brasileiro, enviando para a empreitada colonial o seu preposto, Francisco Romero, conferindo-lhe poder para fundar vilas e exercer jurisdição sobre o território em questão.

No subitem “2.2 O início do processo de colonização”, abordamos o paradoxo existente no fato de a Capitania de Ilhéus, mesmo possuindo recursos naturais abundantes, ser decadente em termos econômicos, expondo, como fatores que contribuíram para esta situação, a fraca liderança de Francisco Romero sobre os colonos e os ataques altamente destrutivos dos índios aimorés dirigidos também aos colonos. Além disso, tratamos ligeiramente da morte de Jorge de Figueiredo Correia, que teve como resultado, depois de tensões entre os herdeiros, a venda da capitania a Lucas Giraldes, um de seus primeiros sesmeiros, momento em que a Capitania de Ilhéus, finalmente, conhece alguma prosperidade com a economia açucareira. Porém, com a morte de Lucas Giraldes, nova crise sucessória se inicia, tendo como resultado a transmissão da capitania, como pagamento de dívidas, à Casa de Resende.

No subitem “2.2.1 Guerras e epidemias na Capitania de Ilhéus: impactos sociolinguísticos” e subitem “2.2.2 O Processo de Thomás Ferreira: evidências sobre o contexto linguístico da Capitania de Ilhéus no final do século XVI”, tratamos do fato de que, simultaneamente à disputa pela posse da Capitania de Ilhéus – que ocorria em Portugal na esfera judicial –, no Brasil, na própria capitania, os conflitos entre portugueses, de um lado, e tapuias e tupinambás, de outro, agravaram-se de tal forma a ponto de o Governador-Geral Mem de Sá deslocar-se pessoalmente para a região, no intuito de guerrear contra os referidos índios, devastando algo em torno de 300 aldeias. Somando-se a isto, os índios que sobreviveram foram atingidos mortalmente por uma epidemia de varíola, resultando em mais decréscimo da população local. Tal situação inevitavelmente teve reflexos sobre o cenário econômico-social e, conseqüentemente, linguístico da região. Isto porque morte de pessoas significa morte de falantes de línguas, enquanto mudanças econômico-sociais significam alteração no contexto pragmático de uso dessas línguas. Ademais, os constantes ataques dos tapuias sobre os portugueses tiveram o efeito de torná-los cientes do grande contingente de mão de obra escravizável representado por aqueles tapuias, o que se constituiu em um grande incentivo para que fossem organizadas expedições rumo ao sertão da capitania, em busca de índios para ser usados com

essa finalidade. Ressaltamos, então, que foi neste contexto que constatamos estar enquadrado o *Processo de Thomás Ferreira Mameluco*, que aborda uma expedição concentrada na Serra de Traípe, no sertão da Capitania de Ilhéus, e que durou mais de 16 anos. Desse manuscrito, após a análise dos fatos que registrou, pudemos extrair informações de caráter social-linguístico pertinentes à compreensão da dinâmica de usos linguísticos da região em questão.

No subitem “2.2.3 Aspectos linguístico-históricos do Processo de Thomás Ferreira”, abordamos o fato de serem escassas as informações, em obras historiográficas, sobre as Capitânicas Hereditárias, mesmo sobre aquelas que prosperaram economicamente, situação que se agrava quando as capitânicas em questão são as de Ilhéus e de Porto Seguro, que, até o início da prosperidade da lavoura cacaueteira no final do século XVIII, tiveram pouca importância econômica no cenário colonial. Daí a importância do processo de Thomás Ferreira, pois, além de nos dar acesso a informações detalhadas sobre o interior da Capitania de Ilhéus, ainda nos permite levantar a importante hipótese – e, em alguma medida, confirmá-la – de que, mesmo antes da chegada dos portugueses, o tupinambá já era utilizado como língua franca, na região sul da Bahia, por índios de muitas etnias distintas, em situação de bilinguismo com suas línguas nativas, tendo-se mantido essa situação ao longo de todo o século XVI.

No subitem “2.3 O final do século XVI e suas Configurações Linguísticas” e subitem “2.3.1 Matrizes linguísticas da Capitania de Ilhéus até o final do século XVI”, levantamos – após o cruzamento das informações constantes do *Processo de Thomás Ferreira*<sup>22</sup>, de Ribeiro (2004 [1995]), de Dias (2011) e de Nimuendaju (1944) – as Configurações Linguísticas de monolinguismo e de bilinguismo que, possivelmente, predominavam na região, incluindo nelas os perfis linguísticos de seus falantes.

E, por fim, no subitem “2.3.2 Ambientes de Comunicação em que se manifestavam as Configurações Linguísticas da Capitania de Ilhéus no final do século XVI”, apresentamos os Ambientes de Comunicação que denominamos [i] *Fora dos engenhos*, onde o uso do tupinambá como língua supra-étnica era opcional, [ii] *Dentro dos engenhos*, onde o uso do tupinambá como língua supra-étnica era obrigatório, e [iii] *De trocas comerciais com a capital colonial e com a metrópole*, onde o uso do português como língua supra-étnica era obrigatório.

É na exposição de elementos que confirmam o bilinguismo línguas tapuias L1/tupinambá L2, português L1/tupinambá L2 e tupinambá L1/português L2, assim como na constatação de Configurações Linguísticas e de Ambientes de Comunicação dentro dos quais essas Configurações Linguísticas se manifestavam que estão as contribuições inéditas deste artigo.

---

<sup>22</sup> ANTT, “Processo de Thomás Ferreira mamaluco”, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 11635.

## Referências

Argolo, Wagner. 2011. Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia.

Argolo, Wagner. 2013. Colonização e Língua Geral: o caso do Sul da Bahia. *Papia* 23, v. 1: 75-96.

Argolo, Wagner. 2013. Migração e glotocídio: o ocaso de uma língua geral. *Fórum Linguístico* 10: 91-101.

Cancela, Francisco. 2012. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia.

Couto, Jorge. 1998. *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos.

Dias, Marcelo Henrique. 2011. *Farinhas, madeiras e cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial*. Ilhéus: EDITUS-UESC.

Dias Tavares, Luís Henrique. 2008. *História da Bahia*. Salvador: EDUFBA/UNESP.

Freyre, Gilberto. 2002 [1933]. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Marcílio, Maria Luiza. 2004. A população do Brasil colonial. In Bethell, Leslie (Org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*, v. II. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes, 311-338. São Paulo: EDUSP / Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia. 2004. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.

Mott, Luiz. 2010. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA.

Nunes de Carvalho, Filipe; Johnson, Harold & Nizza da Silva, Maria Beatriz. 1992. O império luso-brasileiro (1500-1620). In Serrão, Joel; Oliveira Marques, António Henrique de (Orgs.) *Nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

Paraíso, Maria Hilda Baqueiro. 1993. De como se obter mão de obra indígena na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. *Revista História*: 179-208.

Ribeiro, Darcy. 2004 [1995]. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rodrigues, Aryon. 1986. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola.

Rodrigues, Aryon. 1993. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* 9: 83-103.

Rodrigues, Aryon. 1996. As línguas gerais sul-americanas. *Papia* 4: 6-18.

Rodrigues, Aryon. 2006. As outras línguas da colonização do Brasil. In Cardoso, Suzana; Mota, Jacyra & Mattos e Silva, Rosa Virgínia (Orgs.) *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*, 143-161. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia.

Rodrigues, Aryon. 2010. Tupi, tupinambá, línguas gerais e português do Brasil. In Noll, Volker & Dietrich, Wolf (Orgs.) *O português e o tupi no Brasil*, 27-47. São Paulo: Contexto.

Salvador, Frei Vicente do. 1982 [1627]. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia.

Santos, Milton. 1957. *Zona do Cacau*. São Paulo: Brasiliense.

Silva Neto, Serafim da. 1986 [1951]. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença.

Vilhena, Luís dos Santos. 1969 [1798-1799]. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã.

---

Recebido: 13/03/2020

Aprovado: 24/05/2020

---